



A Nupcialidade no Reinado de D. José I (1750-1777). O caso da vila de Serpins

Nuptiality in the Reign of D. José I (1750-1777). The case of Serpins

Ana Margarida Fernandes Barata¹

RESUMO

A demografia portuguesa e europeia da época moderna encontra-se desenvolvida ao ponto de podermos estabelecer padrões e encontrar semelhanças e particularidades em várias regiões. Este artigo tem como objetivo perceber se a paróquia de Serpins se insere nesses padrões, nomeadamente os ritmos de nupcialidade, durante o reinado de D. José I (1750-1777).

PALAVRAS-CHAVE: Demografia. Nupcialidade. Freguesia de Serpins.

ABSTRACT

The Portuguese and European demography of the modern age is developed to the point where we can establish standards and find similarities and peculiarities in various regions. This article aims to understand whether the parish of Serpins falls into these patterns, namely the nuptiality rhythms, during the reign of D. José I (1750-1777).

KEYWORDS: Demography. Nuptiality. Parish of Serpins.

* * *

Introdução

O artigo que aqui se apresenta tem como objetivo perceber os ritmos da nupcialidade na vila de Serpins no período correspondente ao reinado de D. José I (1750-1777) e se estes se integram nos padrões europeus da época. Serão aqui estudados os ritmos anuais, sazonais e semanais, procurando explicar os resultados obtidos.

Centrando-se este trabalho na freguesia de Serpins, convém tecer algumas considerações rápidas sobre a paróquia. Pertencia ao arcediagado de

¹ Licenciada em História e Mestre em História da Idade Moderna pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal. Atualmente com estatuto de bolsista de investigação pelo Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes e integrada no Projeto *Obra Completa Pombalina*. E-mail: guidabarata89@hotmail.com

Penela e à diocese de Coimbra. Foi vila e sede de concelho entre 1514 (com o foral dado pelo rei D. Manuel I a 28 de fevereiro desse ano) e 1836, quando o município foi extinto devido à reforma administrativa levada a cabo pelo Liberalismo, tendo sido inserido, como freguesia, no concelho da Lousã, situação que se mantém até aos dias de hoje (<http://junta-serpins.pt/cases/historia-heraldica/>).

Enquanto concelho, Serpins era constituído apenas pela freguesia da sede. Segundo o numeramento de 1527, Serpins albergava 464 fogos (PINHO, 2014, pp. 26-31) e em 1801 a freguesia e ainda sede de concelho contava já com 1712 habitantes (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Serpins>). Vemos, pois, que a população de Serpins foi progressivamente aumentando ao longo dos séculos.

Com o patrocínio de D. João V e da Academia Real da História Portuguesa criaram-se diversos inquéritos ao longo dos anos que pretendiam recolher informações e conhecer a realidade de cada uma das freguesias das dioceses de todo o reino. O terramoto de 1755 destruiu a maioria das respostas dos inquéritos relativos aos anos de 1721 e 1732. No entanto e no seguimento do terramoto, Sebastião José de Carvalho e Melo teve como objetivo conhecer os efeitos do mesmo em todo o reino enviando, em 1756 e 1758, às autoridades episcopais portuguesas um inquérito com 13 questões, 12 relativas ao terramoto e seus danos que deviam ser respondidas pelos padres de cada paróquia (SILVA, 2010, pp. 46-49). Para Serpins, as respostas a estes inquéritos chegaram até nós e iremos analisá-las mais à frente.

O numeramento de 1527 esclarece os limites da vila, que confrontava com as vilas da Lousã, Góis, Pombeiro, Penacova e com a cidade de Coimbra. Possuía câmara municipal, tribunal, cadeia, cartório e mantinha juiz ordinário (PINHO, 2014, pp. 26-31). A igreja matriz era e continua a ser a de Nossa Senhora do Socorro, orago da paróquia.

Este trabalho surge no seguimento da dissertação desenvolvida no âmbito do mestrado em História da Idade Moderna, *Práticas Matrimoniais na Freguesia de Serpins (1630- 1729)* (BARATA, 2016), procurando ampliar o conhecimento desta temática para a presente vila. A investigação aqui desenvolvida tem como base os registos paroquiais de casamento de Serpins

que perfizeram um total de 253 casos. Consultámos, também, os registos paroquiais de óbitos para percebermos como a mortalidade influenciava a nupcialidade. Recolhemos um total de 956 óbitos. A lacuna das fontes consultadas é a omissão das idades dos nubentes, não nos permitindo calcular a idade média de casamento na vila.

1 Ritmos anuais

Nos 28 anos em estudo recolhemos, como já se disse, 253 casamentos. Passemos à análise do gráfico 1 referente à distribuição dos matrimónios ao longo dos anos.

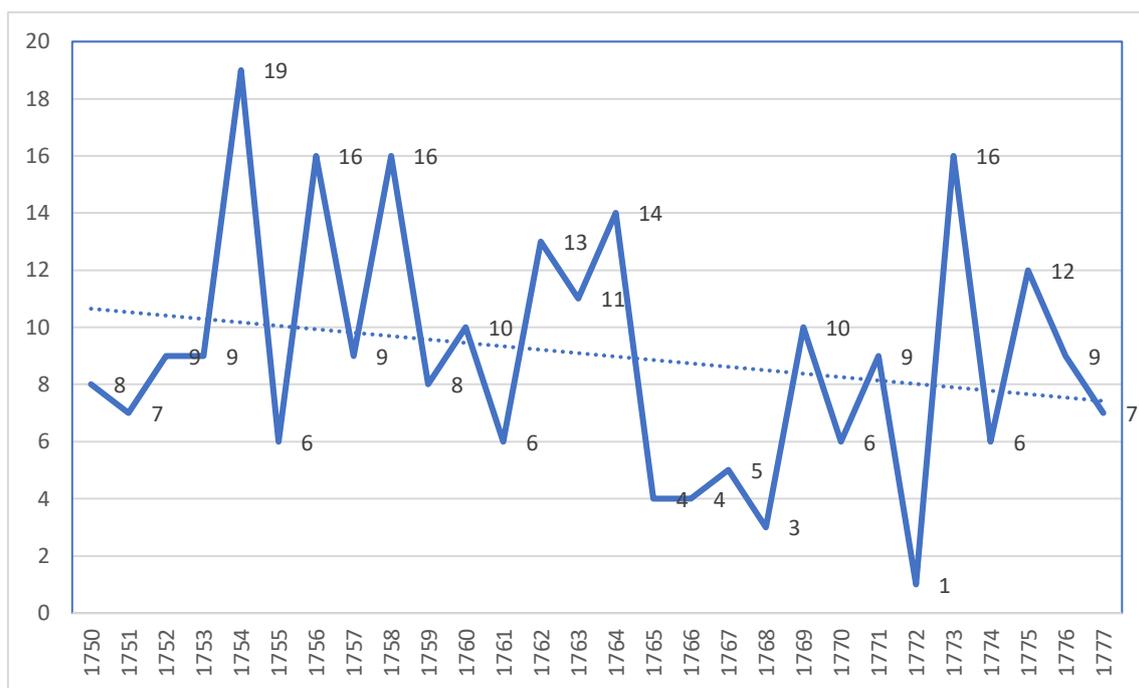


Gráfico 1: Número de casamentos por ano (1750-1777).

Ao analisarmos o gráfico vemos que a tendência geral foi de decréscimo. Ao longo dos anos existiram picos e quebras, atingindo-se o máximo de número de casamentos em 1754 (8%) e o mínimo em 1772, ano em que apenas um casamento foi celebrado (0,3%). Esses picos parecem ser quase sempre seguidos por quebras e vice-versa. As mais acentuadas verificam-se em 1754, quando se atinge o máximo de casamentos (8%) sucedendo-se um ano de quebra, 1755, com apenas 2%, e voltando a atingir um pico em 1756 com 6% e seguindo este padrão nos três anos seguintes. O cenário repete-se

com a quebra de 1772, o ano com 0,3% de casamentos, e o pico de 1773 com a soma de 6% e novamente uma quebra em 1774 com 2%, mantendo esta lógica até 1777. Vemos que em dois casos de anos seguidos, entre 1750-1753 e 1765-1768, os números não têm uma divergência significativa, visto que, em conjunto, contam com percentagens que rondam os 4% e 2%, respetivamente.

Estes picos e quebras poderão estar associados à mortalidade elevada que se possa ter feito sentir, pois foram tempos de grande perturbação. A mortalidade pode estar relacionada com diferentes fatores tais como epidemias, maus anos agrícolas, condições de salubridade reduzidas e mortalidade infantil. No entanto, os picos de casamentos² que se destacam ao analisarmos o gráfico podem estar também relacionados com a mortalidade. Os viúvos e viúvas rapidamente teriam de casar novamente, pois o casamento era um meio de sobrevivência quer social quer económica. Para percebermos a influência da mortalidade na nupcialidade na paróquia de Serpins, recolhemos o total de 956 registos de óbitos, como já acima referido, durante o período do reinado de D. José I e cruzámos a informação com o número de casamentos recolhidos. Vejamos, então, o gráfico número 2:

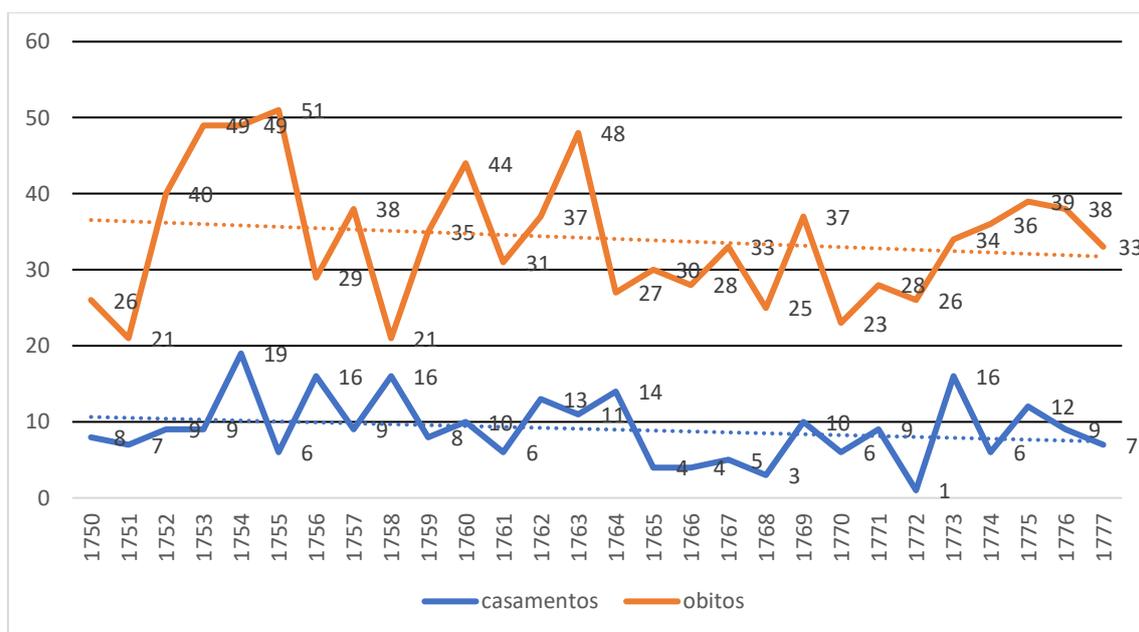


Gráfico 2: Números de casamentos e óbitos por ano (1750-1777).

² Consideram-se picos de casamentos os anos que tiveram um número igual ou superior a 13 matrimónios.

Na vila de Serpins, e de um modo geral, nos anos onde a contagem de óbitos é mais elevada a nupcialidade é mais baixa. Vejamos os anos em que essa discrepância entre casamentos/óbitos mais se nota. O ano de 1755 é aquele em que a diferença é maior. A taxa de mortalidade é de 5% e a de nupcialidade é de 2%. Poderíamos relacionar estes números com o Terramoto de 1 de novembro, mas segundo o inquérito de 1756, mandado executar por Sebastião José de Carvalho e Melo, e com o objetivo de apurar os danos causados por aquele em todo o reino, percebemos que não existiram perdas humanas nem materiais em todo o concelho da Lousã. O padre de Serpins, o prior Manuel Baptista da Silva, relata as horas do início do terramoto, por volta das 9h:30min e com duração de cerca de 6 minutos, bem como as suas réplicas que foram sentidas uma hora depois e só cessaram em finais de abril do ano seguinte (SILVA, 2010, pp. 84-85). Portanto, trata-se de uma coincidência 1755 ser o ano com mais óbitos. 1753, 1760 e 1763, são os anos em que a diferença entre mortalidade e casamento também é significativamente acentuada, com um total de 5% e 4%, respetivamente, em cada um. O mesmo verifica-se em 1772, onde se realizaram 0,3% de casamentos e ocorreram 3% de mortes. Em contrapartida, 1750, 1751, 1758 e 1764, são os anos em que a aquela diferença não é tão destacada. Nesta investigação, não existiu nenhum ano em que a mortalidade fosse inferior à nupcialidade.

Como já referimos, a diminuição da nupcialidade pode ser sinal de anos de más colheitas. A população produzia menos, logo as possibilidades de se realizarem as bodas eram reduzidas. O maior número de casamentos pode ser explicado precisamente pelo oposto, bons anos de colheitas geram mais abundância, mais abundância gera mais casamentos. Podemos ainda recorrer a explicações demográficas. A geração que casou em 1772, pode ser fruto de uma época de baixa natalidade, ou seja, as pessoas em idade de casar acabam por ser menos. Seguindo a mesma lógica, a geração que casou em 1754 poderá ter sido concebida numa altura em que a natalidade se encontrava alta. Estudos já realizados mostram que a centúria de setecentos foi de incremento

nesta área (REGO, 2012, p. 107). Em Serpins, e segundo as *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas*, vemos que de facto a população aumentou ao longo dos tempos. Segundo o inquérito de 1708 existiam 300 fogos que correspondiam a 1.080 habitantes na freguesia. Já os dados recolhidos em 1721 não nos fornecem a indicação do número de fogos, mas temos a informação de que existiam 1.216 habitantes (1.034 maiores de idade e 182 menores). Nas memórias paroquiais de 1758 verificamos um claro aumento populacional, contando Serpins com 369 fogos, o correspondente a 1.332 habitantes (1.132 maiores de idade e 200 menores). Em 1767, confirma-se uma nova subida resultando em 396 fogos, ou seja, 1.426 habitantes (SILVA, 2010, pp. 61-70).

As epidemias também tiveram um papel fulcral na relação nupcialidade/mortalidade. A segunda metade do século XVIII foi favorável à propagação de crises epidémicas por todo o país, nomeadamente a varíola e o paludismo. Em Braga, Guimarães, Idanha-a-Nova, Lisboa, Aveiro, Castelo Branco, as décadas de 1750, 1760 e 1770 foram marcadas por surtos, epidemias e maus anos agrícolas, elevando o número de óbitos nessas regiões (BARBOSA, 2001, pp. 22-28). Já aqui referimos que a tendência da nupcialidade na vila de Serpins durante os anos 1750-1777 foi de decréscimo e ao analisarmos o gráfico número 2, vemos que a mortalidade também o foi. Tendo em conta os fatores aqui mencionados podemos supor que os surtos e epidemias que abalaram a sociedade das três décadas aqui em estudo foram perdendo força, diminuindo as mortes, mas os maus anos de colheitas persistiram, reduzindo a realização de matrimónios.

2 Ritmos Sazonais

Os padrões gerais europeus dizem-nos que os meses onde mais casamentos se realizavam eram fevereiro e novembro e os meses em que menos casamentos eram celebrados eram março e dezembro. Passemos à análise do gráfico 3 que se segue e vejamos se a freguesia de Serpins se insere nesse padrão.

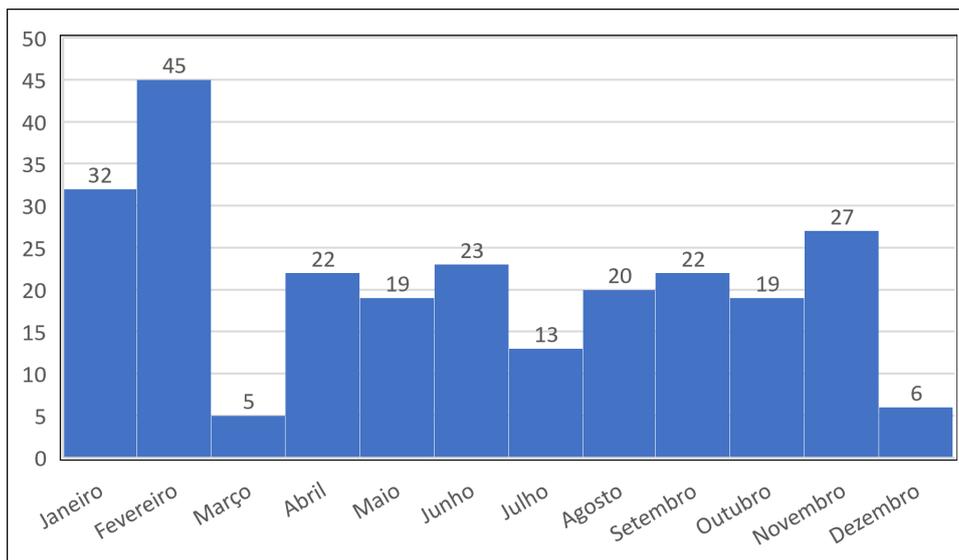


Gráfico 3: Número de casamentos por mês (1750-1777).

Ao analisarmos rapidamente o gráfico, facilmente vemos que na freguesia de Serpins, entre 1750 e 1777, fevereiro é, de facto, o mês em que se realizaram mais casamentos, ficando com um total de 18% dos mesmos. Segundo os padrões europeus e português, novembro deveria ser também um mês onde as celebrações dos matrimónios abundavam. Em Serpins, vemos que fevereiro é seguido por janeiro e novembro fica na terceira posição do mês com mais casamentos, contando com um total de 11% face aos 13% de janeiro. Por imposição da Igreja existiam alturas do ano em que os casamentos não se deveriam realizar. São então, a Quaresma (do Carnaval à Páscoa) e período entre o Advento (as quatro semanas que antecedem o Natal) e a Epifania (dia de Reis, 6 de janeiro). O elevado número de enlaces em janeiro e fevereiro pode ser explicado por estas restrições, como de resto está explícito nas Constituições Sinodais do Bispado de Coimbra. O facto de o período que vai da Epifania até ao início da Quaresma ser curto pode condicionar o número de casamentos. Janeiro e fevereiro encontram-se no meio de longos períodos nos quais a celebração dos mesmos está impedida, logicamente os números têm tendência a subir. Maria Aurora Rego diz-nos que os cumprimentos destes períodos de impedimento religioso foram aceites e respeitados, salvo exceções, até cerca de 1829, na paróquia de Gotinhães (REGO, 2012, p. 72).

Pelas regras da Santa Sé os casamentos em janeiro só se poderiam realizar a partir do dia de Reis (6 de janeiro). A justificação usada pela Igreja para este impedimento centrava-se no facto de se tratar de um tempo de penitência. Estando o casamento associado a festa, a fartura e a divertimento, bem como a sexo, deveria ser evitado. No campo, os casamentos também estavam condicionados pelos períodos de grandes trabalhos agrícolas, que correspondem aos meses das ceifas de verão e à época das vindimas. Os máximos de realização de casamentos situam-se então em novembro e fevereiro e os mínimos são março e dezembro (LEBRUN, 1992), um panorama que se verifica em Serpins.

Um dos motivos para que os casamentos tivessem lugar em alturas em que supostamente não o deveriam, pode ser o facto de as noivas estarem grávidas e quererem casar o mais rapidamente possível, mas também por motivos de doenças. Um casal que se encontrasse amancebado, isto é, com uma vida conjunta sem ter recebido o sacramento do matrimónio, e um deles estivesse gravemente doente, podia pedir ao pároco para realizar o casamento e assim não morrer (tal como viveu) em pecado. Claro que nestes casos o ritual do casamento seria diferente daqueles que ocorrem nas alturas em que casar não está impedido.

Nos meses de verão, junho, julho, agosto e setembro, como vimos atrás, eram aqueles em que a taxa de casamento caía devido à intensidade dos trabalhos agrícolas. Em Serpins, isso não aconteceu. Certamente que a freguesia vivia, na época, essencialmente da agricultura. No entanto, ao analisarmos estes meses vemos que a tendência é praticamente linear. Junho e setembro totalizam 9% dos casamentos, seguidos de agosto que perfaz 8% e restando julho com apenas 5%. A sementeira dos diferentes tipos de feijão e milho executava-se nos meses de março, abril e maio, fazendo com que a sua apanha, que requer muito trabalho em todo o processo, fosse nos meses de junho a agosto. Em junho e julho era preciso apanhar, escapelar, debulhar e pôr a secar o milho e, no que toca ao feijão, apanhar, pôr a secar e debulhar. O trigo e centeio eram semeados em outubro, novembro/dezembro. Sendo

julho o terceiro mês com menos casamentos, podemos deduzir que seria o mês onde o trabalho agrícola exuberava.

O cenário de Gotinhães, apresenta resultados um pouco diferentes, uma vez que os números máximos de casamentos se realizaram no mês de agosto. Maria Aurora Rego explica esse facto com as migrações. Se olharmos para o seu gráfico 6, vemos que junho e julho registam números bastante inferiores comparados a agosto (REGO, 2012, p. 72). Contudo, a cronologia estudada pela autora é mais abrangente do que a que aqui apresentamos. Ao confrontarmos com o nosso estudo anterior para os anos de 1630 a 1729 e comparando com os resultados enunciados por Maria Aurora Rego, as conclusões são idênticas, mostrando-nos que existiu uma mudança depois de 1729 e até 1777.

Novembro, como vimos, no padrão europeu é um dos meses com mais casamentos. No caso aqui em estudo isso não se comprova mas também não se desmente. No total, em novembro celebraram-se 11% dos casamentos, sendo o terceiro mês com número mais elevado de matrimónios. A preferência pode ser explicada, novamente, pelos impedimentos impostos pela Santa Sé, uma vez que este antecede um longo período (Advento até à Epifania) de proibição da realização de casamentos. Opções semelhantes às escolhidas pelos noivos de Serpins são as dos noivos de Olivença, pelo menos em períodos de paz. Janeiro, fevereiro e novembro são os mais escolhidos para contrair matrimónio (COSME, [s.d.]).

Como vimos, na questão dos meses com mais casamentos, a freguesia de Serpins insere-se no padrão europeu, embora com algumas peculiaridades. Vejamos agora se o mesmo acontece nos meses com menos casamentos. Dezembro e março são os meses nos quais menos casamentos tinham lugar um pouco por toda a Europa, inclusive Portugal. Analisando o gráfico acima vemos que em Serpins o mesmo acontecia. Março recolhe uma taxa total de 2% dos casamentos tal como dezembro. A explicação para estes mínimos prende-se, mais uma vez, com os impedimentos impostos pela Igreja, como de resto se encontra explanado nas Constituições Sinodais do Bispado de Coimbra. O número mínimo de dezembro pode ser explicado também por

motivos meteorológicos. É uma altura do ano em que o clima é severo e os próprios dias são mais curtos e também porque é o tempo em que o impedimento se torna mais longo (quatro semanas antes do Natal), quase coincidente com o próprio mês.

Em suma, ao observarmos o gráfico vemos que, após março ser um mês pouco requisitado, os números disparam em abril e maio, o primeiro com 9% de casamentos registados e o segundo com 7%, uma vez que, em muitos anos, boa parte de abril ainda é época de Quaresma. Embora no caso em estudo isso não se verifique, o mês de maio atingia números mínimos de nupcialidade, já que era uma má altura do ano em termos financeiros para os camponeses. O rendimento que tinham obtido com as vendas e trocas dos produtos agrícolas após a sua colheita nos meses de verão, já estaria a escassear em maio do ano seguinte. Proporcionou-lhes a sobrevivência nos meses de inverno, nos quais a agricultura é pouca, e ao chegar a primavera os recursos já estavam limitados, fazendo com que os meios necessários para casar fossem baixos. Contudo, a percentagem significativa do mês de maio confirma-se quer em Serpins, quer na freguesia de Gotinhães. A autora já citada dá-nos uma explicação para tal acontecer já que é “tido como um mês abençoado para o início da vida conjugal” (REGO, 2012, p. 73). Não nos esqueçamos que é o mês de Maria³.

António de Oliveira, para o caso de paróquias da cidade de Coimbra, confirma-nos que os meses com mais casamentos são janeiro, fevereiro e maio, e os meses com menos são março e dezembro. Um dos muitos motivos para estes dois meses terem números mínimos é o facto de que ao casarem durante o Advento e a Quaresma, os noivos não recebiam a devida bênção do pároco e não podiam viver juntos como marido e mulher até a receberem (OLIVEIRA, 2015, p. 200-206). O autor diz-nos que estes máximos e mínimos são variáveis perante alguns fatores, tais como o ambiente urbano e o ambiente rural.

³ Em certas zonas da Europa era o contrário: evitavam-se os casamentos em maio com receio de que o primeiro filho nascesse pelo Carnaval, porque se acreditava que assim sendo poderia ser louco.

Para Serpins, entre 1750-1777, temos, então, os máximos de casamentos em fevereiro (18%), janeiro (13%) e novembro (11%), seguidos dos mínimos em março e dezembro, ambos com 2%. Nos meses intermédios observamos uma tendência muito linear, sem grandes discrepâncias. Abril, junho e setembro com 9%, agosto com 8%, maio e outubro com 7% e julho com 5%. Assim podemos afirmar que a vida agrícola estava, de facto, interligada em todos os aspetos com a nupcialidade das gentes rurais.

3 Ritmos Semanais

Tal como os meses, os dias da semana eram escolhidos cautelosamente. Poucos casamentos se realizavam à sexta-feira, dia nefasto pois lembra a morte de Cristo e por ser dia *magro* impede a ingestão de carne na boda. Também a quarta-feira, a quinta-feira e o sábado eram dias pouco requisitados. Consequentemente, a maioria dos casamentos tinham lugar à segunda-feira e à terça-feira, embora este, à semelhança de sexta-feira, tivesse uma má conotação. Para a realização do casamento era escolhida a paróquia de residência de ambos os nubentes, caso fossem de paróquias diferentes seria na da noiva, podendo sem impedimento algum, ser na do noivo. Vejamos o gráfico número 4 para percebermos as preferências dos nubentes de Serpins relativamente aos dias para casar.

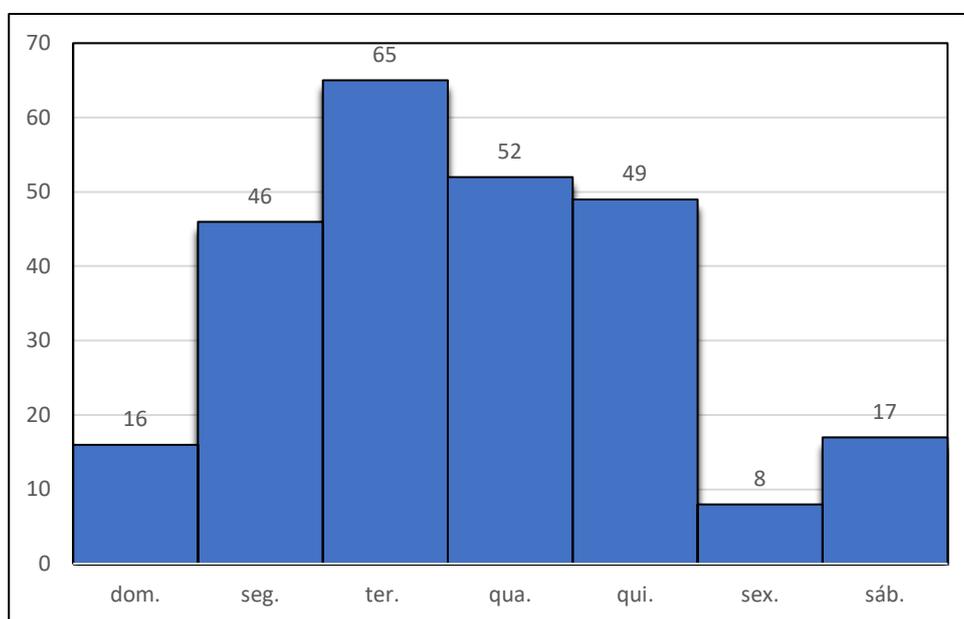


Gráfico 4: Número de casamentos por cada dia da semana (1750-1777).

Percebe-se de imediato que a terça-feira foi o dia predileto (26%) para a realização de casamentos, tal como o padrão nos indicava. Contudo, em vez de se lhe seguir a segunda-feira (que conta com uma taxa de 18% de casamentos) é a quarta-feira e quinta-feira que dominam a preferência, estando registados 21% e 19%, respetivamente, dos casamentos. Curiosamente, os dias em que, segundo o padrão, menos pessoas contraíam matrimónio são os mais escolhidos pelos noivos de Serpins ao longo do reinado de D. José I, com a exceção de sábado. Este recolhe um total de 7% de casamentos, seguido de domingo com 6%. A fraca escolha de sexta-feira como dia para casar também se verifica em Serpins, tal como o padrão nos indica, com um total de 3% de casamentos.

No conjunto das razões para a escolha destes dias pode estar uma consciência comunitária do trabalho, isto é, a população poderia reservar os dias de semana para os casamentos tendo em mente a não interrupção do trabalho na sexta-feira e no sábado. A baixa percentagem de domingo é curiosa de observar uma vez que é o Dia do Senhor, em que estava interdito o trabalho. Era dia de a população ir à missa, o que tornava a reunião das pessoas para a celebração do casamento mais fácil. A predileção dos noivos por segunda-feira, terça-feira, quarta-feira e quinta-feira pode estar, também, relacionada com aspetos mais comerciais devido às feiras e romarias, deixando pouco tempo para as bodas. Todavia, não sabemos com precisão a frequência das feiras e romarias em Serpins. Segundo as Memórias Paroquiais de 1758, a vila de Serpins tinha uma feira franca mensal com a duração de apenas um dia (embora este não seja indicado) e uma feira anual que se realizava no dia de São Brás, 3 de fevereiro (CAPELA, 2011, p. 65). As *Memórias* não referem a existência de uma feira semanal.

Na Europa de então, terça-feira e sexta-feira eram os dias menos escolhidos. Contudo, em Serpins, apenas sexta-feira, como vimos, corresponde a esse padrão. Já qui elencámos alguns dos motivos. François Lebrun lembramos que eram dias nefastos, sobretudo a sexta-feira, pois lembrava a morte de

Cristo (LEBRUN, 1992, p. 47). O consumo de carne nestes dias estava proibido, logo realizar uma boda (momento de festa e de abundância) sem carne, fazia com que os noivos optassem menos por esses dias. Tal como foi curioso notar a baixa escolha de domingo, também o é verificar que terça-feira foi o dia mais escolhido para contrair matrimónio pelos noivos, tendo em conta toda a superstição em torno desse dia. Um provérbio português mostra-nos o quanto estes dias eram malfadados: “às terças e sextas não cases a tua filha nem ponhas a teia” (REGO, 2012, p. 78). Na vila de Serpins, ainda hoje os mais idosos recordam estes dias como sendo azarentos, inclusive o próprio provérbio é lembrado, porque pôr a teia, ou seja, pôr as linhas nos teares, nesses dias era chamar o azar.

Referências

Fontes Manuscritas

Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra (A.U.C.), Registos paroquiais livros mistos – casamentos – Serpins - 1731/1771 e 1772/1803.

Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra (A.U.C.), Registos paroquiais livros mistos – óbitos – Serpins - 1731/1771 e 1772/1803.

Fontes Impressas

Constituições synodales do Bispado de Coimbra feitas, e ordenadas em Synodo pelo Illustrissimo Senhor Dom Afonso de Castel Branco ... impressas em Coimbra, anno 1591. E novamente impressas..., Coimbra, Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1731.

BARATA, Ana Margarida Fernandes. 2016. *Práticas Matrimoniais na Freguesia de Serpins (1630-1729)*, Tese de Mestrado em História Moderna. Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra, Coimbra.

BARBOSA, Maria Hermínia Vieira. 2001. *Crises de Mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX*, Núcleo de Estudos de População e Sociedade Instituto de Ciências Sociais Universidade do Minho Guimarães. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/782/1/Cadernos01.pdf>

CAMPOS, Maria do Rosário Castiço de. 1989. *Foz de Arouce no século XVIII. Economia agrária e reconversão agrícola*, Lousã, Câmara Municipal da Lousã.

CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique. 2011. *As Freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758 – Memórias, História e Património*, Braga, s.n.

COSME, João, *Olivença (1640-1715). População e sociedade* [s.d.] disponível em: http://www.dip-badajoz.es/cultura/ceex/reex_digital/reex_LXII/2006/T.%20LXII%20n.%202%202006%20mayo-ag/RV000830.pdf.

LEBRUN, François. 1992. *A Vida Conjugal no Antigo Regime*, Lisboa, Ed. Rolim.

MARQUES, A. H. de Oliveira. 2009. *Breve História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 7ª edição.

OLIVEIRA, António de. 1971. *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, vol. I, Coimbra, Universidade de Coimbra.

OLIVEIRA, António de. 2015. *Capítulos de História de Portugal (1580-1668)*, vol. II, Coimbra, Palimage.

PINHO, João Carlos Santos. 2014. *O Foral Manuelino de Serpins, 1514: estudo, transcrição e fac-simile*, Serpins, Junta de Freguesia de Serpins.

REGO, Maria Aurora Botão Pereira do. 2012. *De Santa Marinha de Gotinhães a Vila Praia de Âncora (1624-1924) – Demografia, sociedade e família*, Braga, Tese de doutoramento apresentada à Universidade do Minho.

SILVA, José Manuel Azevedo e, e FILIPE, António Mateus Nunes. 2010. *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas – 9. Lousã*, Palimage.

SILVA, Nuno Espinosa Gomes da. 2013. *História do casamento em Portugal. Um esboço*, Lisboa, Universidade Católica Editora.

Recebido em 31 de outubro de 2020.

Aprovado em 18 de janeiro de 2021